



ACÓRDÃO Nº226/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11960/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsáveis:** Eduardo Melo de Mesquita Júnior (Diretor-Geral) e Sra. Marilda Nunes da Cunha (Ordenadora de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3.220/2021-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto. Exercício de 2019.

Irregularidade. Revelia. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual, exercício 2019, do **Sr. Eduardo Melo de Mesquita Júnior**, Diretor-Geral do Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto, no período de 02/01/2019 a 31/12/2019;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas, exercício 2019, da **Sra. Marilda Nunes da Cunha**, Gestora e Ordenadora de Despesa do Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto, no período de 02/01/2019 a 31/12/2019;
- 10.3. **Considerar revel** o **Sr. Eduardo Melo de Mesquita Júnior**, por ter permanecido silente diante das notificações emitidas por este Tribunal de Contas;
- 10.4. **Considerar revel** a **Sra. Marilda Nunes da Cunha**, por não responder às notificações emitidas por esta Corte de Contas;



ACÓRDÃO Nº226/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Eduardo Melo de Mesquita Júnior no valor de R\$68.271,96 (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos) e fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, por ato irregular com grave infração à norma legal, nos termos do artigo 308, inciso VI, alínea “a”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.6. Aplicar Multa à Sra. Marilda Nunes da Cunha no valor de R\$68.271,96 (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos) e fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor da multa, por ato irregular com grave infração à norma legal, nos termos do artigo 308, inciso VI, alínea “a”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas



ACÓRDÃO Nº226/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.7. Determinar à origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM:

10.7.1. Atenção aos prazos de remessa do balancete mensal de acordo com a Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;

10.7.2. Melhorar os registros contábeis a fim de atender ao disposto no art. 94, art. 97, art. 104 da Lei nº 4.320/64;

10.7.3. Observar, com rigor, a legislação vigente no que toca à exigência de processo licitatório, nos termos dos arts. 2º, 24º, 25º e 26º, da Lei Federal nº. 8.666/93, e futuramente aos respectivos artigos sobre o tema da Lei 14.133/2021, e adote planejamento de suas compras, a fim de evitar o fracionamento de despesa, sob pena de multa por reincidência nos termos do art. 308, IV, alínea “b”, do RITCE/AM;

10.8. Dar ciência ao Sr. Eduardo Melo de Mesquita Júnior sobre a decisão desta Corte e Contas;

10.9. Dar ciência à Sra. Marilda Nunes da Cunha sobre a decisão desta Corte e Contas.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº226/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral